

OPINIÃO

O Brasil já alimenta o mundo. O próximo desafio é agregar valor ao que produz

Henrique Galvani (*)

O agronegócio brasileiro vive um momento histórico.

No primeiro trimestre de 2026, o setor alcançou US\$ 38 bilhões em exportações e superávit de US\$ 33 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), consolidando mais uma vez sua posição entre os principais motores da economia nacional. Novamente, o Brasil mostrou ao mundo sua capacidade de produzir em escala, com competitividade e relevância global.

Mas talvez o dado mais estratégico esteja menos no recorde e mais na sua composição: no mesmo período, o volume exportado pelo agro brasileiro cresceu 3,8%, enquanto o preço médio caiu 2,8%. Em outras palavras, seguimos vendendo muito, mas nem sempre capturando proporcionalmente mais valor.

Esse é o ponto central da discussão. O Brasil já venceu o desafio da produção. Temos tecnologia tropical, escala, solos produtivos, produtores altamente eficientes e uma cadeia que se profissionalizou muito nas últimas décadas. O próximo desafio é outro: agregar valor ao que produzimos.

Durante muito tempo, a grande missão do agro brasileiro foi aumentar a oferta de alimentos. E fizemos isso com enorme competência. O país se tornou protagonista global na soja, nas carnes, no café, no açúcar, no milho, no algodão e em tantos outros segmentos. Mas o futuro do agro não será definido apenas por quem produz mais. Será definido por quem consegue produzir melhor, perder menos, processar mais, rastrear com mais precisão, certificar com credibilidade, construir marcas, acessar consumidores e transformar sustentabilidade em vantagem competitiva.

Essa discussão ganha relevância porque o problema deixou de ser apenas aumentar a oferta de alimentos. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) alerta que o mundo praticamente não avançou na redução das perdas de alimentos desde o início do monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantendo distante a meta de reduzir o desperdício pela metade até 2030. Em outras palavras, produzir mais já não basta. É preciso aproveitar melhor o que já produzimos.

Esse ponto deveria estar no centro da estratégia do agro brasileiro. Reduzir perdas logísticas, melhorar armazenagem, ampliar processamento, desenvolver embalagens inteligentes, usar dados para gestão de risco, rastrear cadeias, certificar práticas sustentáveis e aproximar o produtor do consumidor são caminhos concretos para aumentar a eficiência e capturar mais valor.

Precisamos urgentemente agregar valor ao que é produzido internamente

Quando olhamos para países menores, a lição fica evidente. A Holanda, por exemplo, não construiu sua relevância agroalimentar global apenas com escala territorial. O país investiu em tecnologia, logística, processamento, pesquisa, estufas, genética, alimentos preparados, equipamentos e marcas. É um exemplo claro de que a liderança no agro não depende apenas de produzir muito em muitas áreas, mas de transformar produção em valor.

Essa comparação não deve ser vista como uma crítica ao Brasil, mas como uma inspiração estratégica. Temos algo que poucos países têm: escala produtiva, biodiversidade, clima, água, em-

preendedorismo rural e uma nova geração de empresas desenvolvendo soluções para os gargalos do campo. Se combinarmos esses ativos com tecnologia, capital e visão de longo prazo, podemos deixar de ser apenas grandes fornecedores de matéria-prima para nos tornarmos protagonistas em soluções agroalimentares.

Oportunidade para acelerar a inovação no agro

É aqui que as agtechs e foodtechs assumem um papel cada vez mais estratégico. Elas são parte essencial dessa nova fase do agro brasileiro. São empresas capazes de desenvolver soluções para eficiência operacional, crédito, seguro, rastreabilidade, bioinsumos, agricultura regenerativa, redução de desperdício, novos alimentos, inteligência de mercado, logística, carbono e conexão direta entre produtores, indústrias e consumidores.

O produtor rural brasileiro já mostrou que sabe adotar tecnologia quando ela resolve problemas reais. Agora, o desafio é criar um ecossistema que permita que essas soluções ganhem escala. Isso exige capital, governança, conexão com grandes empresas, acesso a mercado e uma agenda regulatória que favoreça a inovação sem perder segurança.

Também exige uma mudança de mentalidade. O agro brasileiro não pode aceitar que a maior parte da margem fique fora da porteira, fora da indústria nacional ou fora do país. Exportar soja, café, carne, frutas e açúcar continuará sendo importante. Mas precisamos fazer uma pergunta mais ambiciosa: quanto valor adicional podemos capturar se exportarmos também ingredientes, alimentos processados, marcas, tecnologia, dados, certificações, bioinsumos, máquinas, genética, plataformas e soluções climáticas?

O debate público sobre o agro ainda está muito concentrado em safra, produtividade e exportações. Esses indicadores continuam fundamentais, mas já não explicam sozinhos a competitividade do setor. Investidores, consumidores e compradores internacionais observam cada vez mais como os alimentos são produzidos, quanto se perde ao longo da cadeia, quais tecnologias estão sendo utilizadas e qual impacto ambiental e social está associado à produção.

O Brasil reúne condições únicas para liderar essa agenda. Temos escala, conhecimento técnico, produtores eficientes, empresas inovadoras e um ecossistema crescente de agtechs e foodtechs. O que precisamos agora é transformar essa combinação em uma nova narrativa econômica para o país.

Ser um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo continuará sendo motivo de orgulho. Mas, daqui para frente, isso será apenas parte da história. A liderança do agro brasileiro dependerá, cada vez mais, da capacidade de mostrar ao mercado global que produtividade, inovação e sustentabilidade podem caminhar juntas.

O Brasil já alimenta o mundo. Agora, precisa liderar uma nova etapa: produzir com inteligência, transformar com eficiência e vender com mais valor. A próxima década do agro brasileiro não será apenas sobre produzir mais. Será sobre capturar mais valor por tonelada, por hectare, por tecnologia, por marca e por impacto positivo gerado.

O Brasil já é uma potência agropecuária. O próximo passo é se tornar uma potência agroindustrial, tecnológica e sustentável.

(*) CEO da Arara Seed.

Escala 6x1 precisa ser flexível e ter abordagem diferente no campo

A PEC que trata do tema pode implicar em aumento de produtos e impostos

Mark_Stebnicki_de_Pexels_CANVA



Redação

“Hoje há escassez de mão de obra no campo, inclusive com o folguista, portanto se você dispensa o ‘peão’ por dois dias na semana vai ter de contratar mais um. Há pequenas propriedades que só têm um peão trabalhando.”

Por óbvio que pareça, o trabalho no campo é diferente da atividade urbana. Formação do trabalhador, atividade laboral, deslocamentos, salários, folgas, trabalhos *freelancer*, condições climáticas, sazonalidades, enfim, há tantos aspectos distintos que fica difícil comparar o trabalho rural com o urbano. A Oxfam, organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, mostra levantamento em que quase metade (45%) dos trabalhadores rurais cumprem mais de 40 horas semanais e que 23% ultrapassam o limite legal de 44 hs. “É lamentável que a discussão não seja mais organizada, porque atualmente vemos um forte viés eleitoral permeando o debate”, desabafou André Aidar, doutor em agronegócio e especialista em análise econômica do direito (Universidade de Lisboa), em entrevista ao Suplemento Agro.

A discussão, que ocupa um espaço razoável nas mídias sociais sobre o fim



André Aidar

da escala 6x1, acabou sendo contaminada pelo período eleitoral. Não é raro pessoas e entidades deliberadamente de direita temerem o caos e as de esquerda tomarem o aumento do descanso como música para os ouvidos. E, pasmem, ainda temos uma espécie de “terceira via”, que está em uma dessas trincheiras mas não fala nada, mantém o silêncio para não dispensar os seus potenciais eleitores. “Isso tira a clareza e só dificulta o debate”, comenta Aidar.

Ele, que também é especialista em direito empresarial pela FGV, lembra que vários outros países já resolveram a questão. “Se compararmos as principais economias do mundo, o Brasil tem jornada das mais longas e a discussão teria de ocorrer em algum momento”. Por conta deste momento vivido (candidatos ao Executivo e ao Legislativo já em pré-campanha), o advogado é de opinião que estamos perdendo a chance de estabelecer uma jornada no campo, contemplando as suas necessidades.

As sazonalidades e a dependência do clima, por exemplo, são fatores que pedem a negociação mais flexível de per si. “É preciso termos contratos específicos”, reitera o doutor em agronegócio. E com-

pleta: “Hoje há escassez de mão de obra no campo, inclusive com o folguista, portanto se você dispensa o ‘peão’ por dois dias na semana vai ter de contratar mais um. Há pequenas propriedades que só têm um peão trabalhando. O dono, muitas vezes, trabalha na cidade. É comum se ver isto com produtores de leite. Agora, se este pequeno tiver de contratar mais gente, pode inviabilizar a atividade dele”, frisa o especialista, acrescentando: “Já o grande produtor, com mais estrutura e gestão operacional melhor, contrata mais gente, mas... é certo que vai repassar o preço, ou vai espremer o governo por subsídio que, na outra ponta, vai aparecer em termos de custos. Elevando-se o custo da cesta básica, por exemplo, mexe com toda a cadeia produtiva e o consumidor, pois incidirá em mais impostos em algum elo”.

Tendo como área temática justiça rural e desenvolvimento, a Oxfam Brasil argumenta, no levantamento divulgado em abril último, que a rotina no campo “é marcada por escalas intensas e, muitas vezes, sem descanso semanal”. A escala 6x1 — seis dias de trabalho para um de folga — aparece como a mais frequente entre os assalariados rurais, especialmente nos períodos de maior demanda, como plantio e colheita. E destaca: “Relatos coletados indicam jornadas contínuas, em que trabalhadores chegam a atuar dias seguidos sem pausa, evidenciando o descompasso entre legislação e realidade”.

Como se nota, a situação não parece confortável para ninguém. O momento é delicado, admite o professor (PUC-Goiás) e *head* de Direito do Agronegócio do escritório Lara Martins Advogados. Depois de citar que existe uma forte preocupação com a segurança jurídica e a tributária, Aidar propõe flexibilização nas conversas e nos novos contratos, porque “não dá para tratar o trabalhador urbano e o rural da mesma forma”.

Sucessão familiar no agronegócio ganha urgência

O envelhecimento dos produtores rurais e a crescente profissionalização do agronegócio brasileiro têm colocado a sucessão familiar entre os principais desafios do setor. Embora seja um tema frequentemente adiado, especialistas afirmam que o planejamento sucessório deixou de ser apenas uma preocupação patrimonial para se tornar uma estratégia essencial de continuidade dos negócios rurais.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, a idade média dos produtores rurais brasileiros vem aumentando, enquanto muitos herdeiros buscam carreiras fora do campo. Ao mesmo tempo, propriedades rurais tornaram-se empreendimentos cada vez mais complexos, envolvendo gestão financeira, tecnologia, governança, contratos e planejamento tributário.

Para o advogado Ricardo Dosso, sócio do escritório Dosso Toledo Advogados, essa transformação exige que as famílias passem a discutir o futuro dos negócios antes que surjam conflitos.

“A sucessão familiar não começa com a abertura do inventário. Ela deve ser construída ainda em vida, com planejamento, diálogo e organização jurídica. Quando esse processo é bem estruturado, a família preserva o patrimônio, evita disputas e garante a continuidade da atividade rural.”

Segundo ele, um dos maiores riscos é acre-

ditar que todos os herdeiros terão os mesmos interesses ou estarão preparados para administrar a propriedade.

“Hoje o agronegócio funciona como uma empresa. Existem decisões estratégicas, investimentos elevados e responsabilidades que exigem preparo. O planejamento sucessório permite definir funções, organizar a gestão e estabelecer regras claras para que o negócio continue crescendo, independentemente da mudança de geração.”

A advogada Ana Franco Toledo, também sócia do escritório, destaca que o planejamento sucessório vai muito além da divisão dos bens.

“Muitas famílias associam sucessão apenas à herança, quando, na verdade, estamos falando de governança, continuidade do negócio e proteção do patrimônio. Existem instrumentos jurídicos capazes de organizar essa transição de forma segura, respeitando a vontade da família e reduzindo custos e conflitos futuros.”

Ela explica que estruturas como holdings familiares, acordos societários, protocolos familiares e testamentos podem ser utilizadas de forma estratégica, sempre de acordo com as características de cada propriedade e da dinâmica familiar.

“Cada família possui uma realidade diferente. Há casos em que apenas um dos filhos permanece na atividade rural, enquanto os demais seguem outras

profissões. O planejamento jurídico permite encontrar soluções equilibradas, preservando tanto o patrimônio quanto a harmonia familiar.”

Outro fator que reforça a necessidade de antecipar esse processo é a profissionalização do agronegócio. Com propriedades cada vez mais tecnificadas, aumento da mecanização, crescimento das exportações e maior acesso ao crédito, a gestão eficiente tornou-se indispensável para manter a competitividade.

Para Ricardo Dosso, a sucessão bem planejada também transmite segurança a instituições financeiras, fornecedores e parceiros comerciais.

“Empresas e produtores que demonstram organização sucessória passam maior credibilidade ao mercado. Isso fortalece as relações comerciais, facilita negociações e reduz incertezas sobre a continuidade do negócio.”

Ana Franco Toledo acrescenta que adiar o planejamento costuma tornar o processo mais complexo e oneroso.

“Quando não existe organização prévia, o patrimônio pode ficar sujeito a longos inventários, disputas judiciais e dificuldades na administração da propriedade justamente em um momento delicado para a família. Antecipar essas decisões significa proteger não apenas os bens, mas também o legado construído ao longo de gerações.”